

Anexo 1

TERMOS DE REFERÊNCIA AVALIAÇÃO CONJUNTA

PIC Portugal-Cabo Verde (2012-2015)

1. ENQUADRAMENTO

Cabo Verde localiza-se, geograficamente, no centro de importantes rotas comerciais que ligam a África e a Europa aos mercados das Américas do Sul e do Norte. Neste contexto, as autoridades de Cabo Verde têm-se empenhado no posicionamento do País como *hub* oceânico competitivo, sobretudo no quadro do Atlântico Sul.

A competitividade da economia cabo-verdiana, em termos de infraestruturas, instituições, contexto macroeconómico, funcionamento dos mercados e do nível de inovação, tem permitido o seu posicionamento entre as economias mais competitivas do continente africano, sétimo lugar no ranking, apesar das limitações ainda existentes ao nível do mercado de trabalho, e do contexto macroeconómico e do reduzido mercado interno.

Num contexto económico mundial marcado por um elevado grau de incerteza, sobretudo devido ao contexto recessivo da zona euro, com impacto nos fluxos de investimento estrangeiro, a economia cabo-verdiana enfrentou um processo de abrandamento. Esta envolvente externa adversa, particularmente na Europa, aliada à fraca dinâmica da procura interna, provocaram uma quase estagnação da economia cabo-verdiana em 2013. Prevê-se, no entanto, uma ligeira recuperação do crescimento em 2014, devido sobretudo a medidas contra cíclicas de natureza expansionista que têm caracterizado os últimos exercícios orçamentais.

O Fundo Monetário Internacional tem alertado para a necessidade de reforçar a qualidade e eficiência do investimento público de forma a garantir o necessário retorno associado aos investimentos realizados, perante uma dívida pública que se mantém num patamar elevado, 107.3% do PIB, e os riscos que daí decorrem para o crescimento da economia.

A economia cabo-verdiana é aberta e altamente integrada na economia global, muito dependente do comércio internacional e de fluxos de capital. Cada vez mais, deve ser uma economia capaz de competir nos mercados globais e deve por isso expandir a base produtiva por forma a conseguir crescer.

A maior diversificação da economia, com base num modelo de crescimento suportado pelo setor privado, permanece como objetivo central da governação em Cabo Verde. Com este propósito, foram projetados os clusters do turismo, da economia marítima, do aeronegócio,

das Tecnologias de Informação e Comunicação, do agronegócio, da economia criativa e dos serviços financeiros como eixos de suporte da Estratégia do Crescimento e da Redução da Pobreza III. Estas áreas ganham redobrada atualidade num país que, sendo “vítima” do seu próprio sucesso, enfrenta novos desafios relacionados com a maior dificuldade de acesso à ajuda externa, desde logo pela passagem de Cabo Verde a país de rendimento médio (PRM).

O Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza 2012-2016 (DECRP III) assenta em cinco eixos de atuação: infraestruturas; capital humano; boa governação; reforço do setor privado; afirmação do país a nível global. A operacionalização deste documento terá que ter em atenção as características da pobreza em Cabo Verde, muito centrada no setor primário e em faixas etárias mais jovens.

1.1. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

O Programa Indicativo de Cooperação (PIC) Portugal – Cabo Verde constitui um quadro de referência estratégico, que visa definir as relações de cooperação entre os dois países para o período 2012-2015.

O Programa teve como base para a sua elaboração, nomeadamente, os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), o Documento Estratégico de Crescimento e de Redução da Pobreza 2012-2016 de Cabo Verde (DECRP III), Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa, o Plano Estratégico Nacional para a Sociedade de Informação (PESI) e as vantagens comparativas de Portugal.

O Programa, a nível estratégico, privilegiou a área da capacitação, ao nível da formação dos recursos humanos e da assistência técnica em várias áreas setoriais e o empreendedorismo e desenvolvimento empresarial. O Programa teve um orçamento indicativo para o quadriénio de **56M euros**. O Programa é constituído por dois eixos estratégicos de atuação: (i) Boa Governação, Participação e Democracia com 6% desta dotação inicial e com duas áreas de intervenção - Capacitação Institucional e Segurança e Desenvolvimento; (ii) Desenvolvimento Sustentável e Luta Contra a Pobreza com 94% da dotação e com quatro áreas de intervenção - Educação e Serviços Sociais Básicos; Capacitação Científica e Tecnológica, Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial, e Programa Geral de Assistência/Ajuda sob a forma de Produtos.

No âmbito da União Europeia, Portugal continua a apoiar Cabo Verde na prossecução dos objetivos da “Parceria Especial” e da “Parceria para a Mobilidade”. Ainda no âmbito do PIC existe, desde 1998, o Acordo de Cooperação Cambial (ACC) entre Portugal e Cabo Verde, que

visa essencialmente ajudar à criação de condições que permitam viabilizar a convertibilidade do escudo cabo-verdiano.

2. OBJETO E FINALIDADE DA AVALIAÇÃO

O objeto da avaliação é o Programa Indicativo de Cooperação Portugal-Cabo Verde (2012-2015), cujo Memorando de Entendimento foi assinado em 29 de agosto de 2012.

A finalidade da avaliação é: i) apreciar a estratégia, os processos de programação e de implementação dessa estratégia e o seu contributo para os resultados do desenvolvimento de Cabo Verde; ii) analisar o valor¹ e o desempenho da cooperação portuguesa no quadro do PIC; iii) contribuir para a preparação do próximo ciclo de programação da cooperação entre Portugal e Cabo Verde.

3. ÂMBITO DA AVALIAÇÃO

A avaliação terá dois níveis de análise: a nível global, analisa-se a orientação estratégica e o processo de programação macro definidos no quadro da cooperação para o desenvolvimento com Cabo Verde (PIC 2012-2015), com um orçamento indicativo de 56M euros, centrado em 2 eixos estratégicos de intervenção “Boa Governação, Participação e Democracia” e “Desenvolvimento sustentável e Luta Contra a Pobreza” e ao nível das intervenções, analisa-se a programação micro e implementação das áreas de intervenção mais estruturantes, nomeadamente, Segurança, Formação Profissional e Educação.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA AVALIAÇÃO

- Aferir o nível de implementação das recomendações da avaliação do PIC anterior;
- Analisar o PIC em confronto com o DECRP III e no contexto da articulação com os outros doadores;
- Analisar a coerência do PIC, identificando áreas chave estratégicas da programação;
- Analisar o processo de acompanhamento das intervenções, integrado na visão estratégica do PIC e numa ótica de resultados globais e setoriais;
- Analisar, se possível, os efeitos relativamente ao reforço de capacidades no contexto das reformas em curso em Cabo Verde;

¹ Valor refere-se ao sucesso em termos de situação específica, tendo em conta os recursos utilizados e as necessidades a que era suposto responder.

- Elaborar recomendações que visem uma melhoria na conceção e implementação do novo Programa Estratégico de Cooperação, contribuindo para potenciar os resultados;
- Propor ferramentas que melhorem os processos de programação e do acompanhamento (se necessário).

5. QUESTÕES DA AVALIAÇÃO

1. O PIC está alinhado com o documento de estratégia nacional de Cabo Verde?
2. Qual a estratégia subjacente à programação do PIC, tendo em consideração o envolvimento das autoridades cabo-verdianas, e as dinâmicas e capacidade de implementação?
3. Que linhas de orientação foram seguidas ao nível do acompanhamento, com particular atenção à articulação entre as diferentes intervenções, para assegurar a visão estratégica setorial?
4. De que forma a gestão do risco foi incorporada no PIC?
5. Quais os fatores críticos que potenciaram os resultados das intervenções?
6. Em que medida a articulação setorial promove a coerência relativamente à intervenção na área da **Segurança** e potencia os seus resultados?
7. Em que medida a intervenção nas áreas da **Educação e Saúde** produzem os resultados esperados? Que fatores potenciaram esses resultados?
8. Em que medida a intervenção na área da **Formação profissional** potenciou a empregabilidade dos formandos?
9. Em que medida a criação de **Infraestruturas**, através de linhas de crédito (4 linhas de crédito concecional num total de 634M euros) e, nomeadamente, o programa “Casa para Todos” contribui para a melhoria das condições de vida das populações?
10. Em que medida houve articulação da Cooperação Portuguesa com os demais parceiros do desenvolvimento de Cabo Verde?
11. Que desafios e oportunidades se colocam à cooperação portuguesa no contexto da abordagem bi-multi?
12. Como pode a cooperação portuguesa consolidar a sua contribuição em áreas estruturantes no médio e longo prazo face às mudanças e reformas em curso?

6. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO

A avaliação é conjunta, com as autoridades de Cabo Verde, e deve usar os critérios adotados pelo CAD/OCDE para a avaliação da ajuda ao desenvolvimento. Esta avaliação, a realizar durante o último ano de implementação do PIC, limita as possibilidades de ter um carácter sumativo, acentuando sobretudo o seu carácter formativo e de análise do processo.

Inclui:

- Análise documental de fontes de informação relevantes;
- Entrevistas diretas e/ou *focus groups* com os detentores de interesse mais relevantes;
- Observação direta das intervenções;
- Questionários.

Toda a informação deve ser triangulada e validada e a qualidade dos dados apreciada de forma transparente, destacando as lacunas e/ou a qualidade insuficiente da informação que limite a apreciação dos resultados. A equipa de avaliação deve envolver um leque abrangente de detentores de interesse.

7. REPORTE DA AVALIAÇÃO

A equipa de avaliação deve produzir uma **matriz de avaliação** bem como um **conjunto de questões chave** a serem colocadas no terreno e um **relatório final**.

O relatório final produzido pela equipa de avaliação deve respeitar o modelo definido, assim como o prazo de entrega conforme estipulado no calendário da avaliação. A divulgação do relatório final de avaliação seguirá o estipulado nas *Diretrizes para a Divulgação e Utilização dos Resultados da Avaliação (Camões, IP)*.

8. EQUIPA DE AVALIAÇÃO

A equipa de avaliação conjunta será constituída por técnicos do Gabinete de Avaliação e Auditoria do Camões, I.P. (GAA), representante da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa e representante do MIREX de Cabo Verde.

A equipa de avaliação deverá obrigatoriamente atuar em conformidade com o *Código de Ética da Avaliação* bem como as *Normas para Evitar o Conflito de Interesses no Processo de Avaliação*.

9. PROCESSO E CALENDÁRIO DA AVALIAÇÃO

A duração total da avaliação é de **18 semanas**, de acordo com o calendário (quadro 1) que detalha as fases do processo de avaliação e os respetivos produtos, prazos, responsáveis e intervenientes.

Quadro 1 - Calendário da avaliação

Fase	Produto	Prazo	Responsável	Intervenientes
1. Trabalho de gabinete	Matriz de Avaliação	7 semanas	Equipa de Avaliação conjunta	Camões IP Ministérios setoriais Outros detentores de interesse em Portugal
2. Trabalho de campo	Reunião para apresentação e discussão dos resultados preliminares, no terreno	1 semana	Equipa de avaliação conjunta	Embaixada de Portugal na Praia Detentores de interesse em Cabo Verde
3. Elaboração do relatório final	Versão provisória do relatório final	8 semanas	Equipa de Avaliação conjunta	-
	Reunião para discussão da versão provisória do relatório final	1 semana	Equipa de Avaliação conjunta	Camões IP Embaixada de CV em Lisboa Ministérios setoriais Outros detentores de interesse em Portugal
	Versão definitiva do relatório final	1 semana	Equipa de avaliação conjunta	-